

# Críticas construtivas

O ex-presidente do Banco Central Gustavo Loyola tem chamado a atenção, em suas análises diárias sobre a conjuntura, para alguns erros que a equipe econômica tem cometido na administração da transição entre o regime de câmbio quase-fixo para o flutuante. Além do valor técnico de suas análises, Loyola, que hoje atua como consultor da Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo, tem a vantagem de primar pela coerência.

Suas críticas são construtivas. Primeiro, ele faz questão de dizer que, agora, está mais otimista com os rumos da economia brasileira. "Com o programa acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), temos um rumo claro depois da hesitação que marcou os primeiros momentos da mudança na política cambial", elogia.

O ex-presidente do BC acha que o governo errou ao acabar com a possibilidade dos exportadores de compensar o PIS e a Cofins incidentes sobre a fabricação de seus produtos. Quando o governo adotou a isenção, o fez para reduzir o custo dos exportadores e, assim, tornar o produto brasileiro mais competitivo no exterior. Seguiu o exemplo dos países que não "exportam" imposto.

Agora, por causa da desvalorização do real em relação ao dólar, o governo revogou a isenção. O argumento parece até louvável, ou seja, o de que é preciso aumentar o esforço fiscal neste momento, mas Loyola tem razão ao observar que a medida é incoerente.

"Quando eu estava no governo, lembro-me de que foi um parto tirar a Cofins e o PIS das exportações. Se a tributação é errada, não há razões para recriá-la", diz Loyola.

Na semana passada, o governo anunciou que vai reduzir as alíquotas de importação de 90 produtos para forçar os fabricantes nacionais a manter seus preços estáveis. O ex-presidente do BC considera essa medida "contraproducente".

"O controle da inflação não se faz com redução tarifária, já que tarifas afetam, no máximo, o nível de preços e não a inflação. Inflação se controla com as políticas monetária e fiscal", diz ele. "O uso espúrio de tarifas para objetivos de curto prazo distorce a política comercial, que tem necessariamente objetivos de médio e longo prazos."